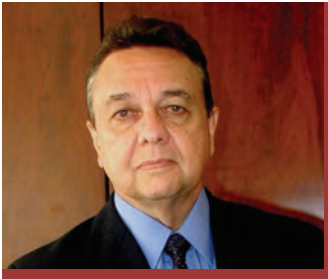


Diário de bordo

Ceagesp



Roberto Rodrigues*

MESMO AS pessoas mais atentas que frequentam o entreposto da Ceagesp da cidade de São Paulo conseguem imaginar a extraordinária importância do organismo para a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros para a capital e o estado em geral.

A primeira surpresa, aliás, reside na informação de que o entreposto do Jaguaré (Ceagesp) não é o único, mas faz parte de uma rede na qual se incluem mais 12 centrais regionais, a saber: Guaratininguetá, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e Bauru. Portanto, uma extensa rede que, associada a algumas poucas Centrais Municipais, abastece todo o estado e os vizinhos.

No ano passado, a rede da Ceagesp recebeu produtos de 1.500 municípios de 25 estados brasileiros e de 14 países, além do nosso! O volume comercializado foi de 3.849.801 toneladas, o que corresponde a 13 mil toneladas por dia, no valor diário de 15,2 milhões de reais. É uma rede verdadeiramente formidável.

Separadamente, só o entreposto de São Paulo, que em 2008 comercializou o maior volume de produtos dos últimos dez anos, é responsável por 80,9% do volume comercializado e por 81,9% do valor desta comercialização.

Do total dos produtos que circularam pela Central de São Paulo no ano passado, 1.634.977 toneladas foram de frutas, de longe o volume maior, seguido por legumes, com 786.442 toneladas e verduras, com 226.817.

As flores já representam hoje um peso significativo, de 51.873 toneladas, seguidas de pescado, com 47.639.

Quando se trata de valores, há uma pequena mudança nos dados: as frutas ainda são cerca de 50% do faturamento total, com 1,963 bilhões de reais, seguida de legumes, com R\$ 931 milhões. Depois vem o pescado, com R\$ 221 milhões, as flores, com R\$ 12 milhões, e, só então, as verduras, com R\$ 192 milhões.

No ano passado, a laranja foi o produto mais vendido em volume (10,4% do total), seguida do tomate (com 8,9%), batata (7,3%), mamão (5,1%), tangerina (4,3%), maçã (4,0%), melancia (3,5%), cenoura (3,2%), manga (3%), pêra e cebola (2,9%). Todos esses produtos tiveram volumes vendidos superiores a 90 mil toneladas.

Em termos de valor, também muda um pouco o *ranking*, com o tomate representando 10,3%, seguido da maçã (6,4%), laranja (5,3%), pêra (5,1%), batata (4,1%), mamão e uva (3,7%), tangerina e manga (2,7%) e cenoura (2,6%), todos com faturamento superior a 100 milhões de reais no ano todo.

Dos entrepostos do interior, três destacam-se tanto em volume físico quanto em valor de comercialização: Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto.

Todos estes dados explicitam a importância da rede da Ceagesp que, na segunda metade dos anos 60, durante o governo Sodrê, nasceu da fusão da Ceasa (Central de Abastecimento) com a Ceagesp (rede de armazenagem). À época, a rede pertencia ao governo estadual, porém, mais tarde, foi entregue ao governo federal em pagamento de dívidas do estado com a Federação. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Apoio ao ministro



Cesário Ramalho da Silva*

A MUDANÇA do Código Florestal Brasileiro tornou-se questão de segurança jurídica para as propriedades rurais do País. A legislação vigente, uma verdadeira colcha de retalhos de portarias, medidas provisórias, decretos, baseada em uma lei maior, datada de 1965, é anacrônica. Além disso, é distante da realidade e tem caráter punitivo, sem oferecer instrumentos legais que estimulem o casamento sadio entre produção e preservação.

Atenta à questão, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) recebeu o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Reinhold Stephanes, para uma palestra esclarecedora acerca do tema, com objetivo de apoiá-lo no esforço de viabilizar os ajustes necessários no código.

Concordando com o ministro, convido o caro leitor a disseminar a proposta do MAPA, para que ela chegue mais fortalecida ao Congresso Nacional.

Se as normas existentes para o ambiente permanecerem como estão, metade das propriedades rurais e um milhão de produtores ficarão na ilegalidade. O contingente representa aproximadamente 20% da produção rural nacional.

Estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite mostra que as reservas florestais, unidades de conservação da biodiversidade, áreas de preservação permanente e reserva legal e área indígenas ocupam 67% do Brasil.

E o porcentual pode aumentar mais 10% com as novas áreas para quilombolas, povos indígenas e conservação prioritária para biodiversidade. Restarão apenas 23% para agricultura e pecuária.

Os principais itens da proposta do MAPA para mudança do Código Florestal são: somar Áreas de Proteção Permanente (APPs) com as de Reserva Legal; recomposição da RL: usar espécies arbóreas econômicas e nativas; possibilidade de compensação da RL fora da bacia hidrográfica ou do estado; permitir a continuidade das atividades agropecuárias em APPs consolidadas; aumentar o prazo previsto para a compensação da RL iniciando a contagem na publicação da lei; o uso das APPs deve ser atribuição dos estados por meio dos Conselhos e ou Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, baseado na orientação dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos; desmatamento zero no Bioma Amazônico; e flexibilização da legislação aos pequenos produtores, que não têm condições financeiras de se adequarem às normas de compensação ambiental.

O fato é que o Brasil detém 33% das florestas originais do mundo, enquanto, a Europa só tem 0,3%.

O ministro revelou também que o Brasil pode se tornar autosuficiente em fertilizantes em dez anos. Atualmente, a agricultura importa, em média, 73% dos fertilizantes que consome. Para mudar a dependência, é preciso explorar as jazidas e os depósitos que tem, mas, que se encontram inutilizados. Essas áreas estão localizadas, principalmente, nos estados de Sergipe e do Amazonas.

Stephanes adiantou, ainda, que a partir de janeiro de 2010, o abate de bovinos nas regiões adjacentes da Floresta Amazônica será monitorado por satélite. Assim, todo o gado que vai para os frigoríficos terá obrigatoriamente de sair de propriedade georreferenciada e ser registrado em uma guia eletrônica de trânsito. Com isso, os fiscais do Ministério da Agricultura nos frigoríficos poderão saber se o animal veio de uma propriedade que cumpre a lei ambiental. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Tecnologia a baixo custo



João Sampaio*

OS SUCESSIVOS recordes de produção agrícola e de saldos positivos da balança comercial do agronegócio são motivos de comemorações e elogios à eficiência da agricultura brasileira. Simultaneamente, sempre há preocupação com o aumento dos custos para assegurar a rentabilidade do grão dentro das propriedades, para então adquirir competitividade no mercado.

Até certo ponto, a rentabilidade por hectare dentro das propriedades foi alcançada graças à pesquisa agropecuária, o que fez com que o Cerrado brasileiro proporcionasse ao Brasil o título de maior produtor de soja do mundo. A tecnologia das variedades e a abundância de recursos naturais garantiram nossa supremacia. Como construímos uma agricultura competitiva, porém dependente de recursos minerais e industrializados, muitos dos quais importamos, a conta ainda não fechou.

Produzir com tecnologia barata é o grande desafio do agronegócio brasileiro. Recentemente, estive na Agritech 2009 – Exibição Internacional de Tecnologia Agrícola, que acontece em Tel Aviv, capital de Israel, há 17 anos. Lá, a tecnologia barata está em desenvolvimento, numa cooperação e interação entre cientistas, extensionistas, agricultores e agroindústria.

A agricultura de Israel é caracterizada pelo sistema intensivo de produção, que

nasce da necessidade de superar a escassez de recursos naturais, particularmente água. A área total deles é de 22 mil quilômetros quadrados, sendo que 4.400 são considerados aráveis, e as estufas ocupam 11 mil hectares. Para se ter uma idéia, São Paulo, no último censo agropecuário, totaliza a mesma área para a cultura de alface. São dois países e duas grandezas diferentes.

Visitei uma estufa de 15 hectares, na qual se usa irrigação e pesquisa com biologia molecular para produção de sementes de olerícolas destinadas à exportação, que faturou no último ano US\$ 35 milhões. É impressionante, é tecnologia aplicada. E mais, é a capacidade de gerá-la a baixo custo. A pesquisa biológica e não a química é base para o seu desenvolvimento.

Os tratamentos de pós-colheita são outro nicho de estudo naquele país. A proximidade com a Europa é uma vantagem e um desafio. Flores e frutas chegam rápido, mas custam até US\$ 900 a tonelada por avião. Ao embarcar nos navios, alcançam o destino em até quatro dias e com custo de US\$ 300 a tonelada. Mas e a qualidade do produto? Depois de colhidos, eles são submetidos a mais tecnologia do que aquela envolvida na sua própria produção. As frutas frescas e as flores alcançam as gôndolas dos supermercados europeus em perfeito estado ao cruzar o Mar Mediterrâneo, trazendo maior renda ao produtor. A *packing house* é muito mais que um climatizador e um embalador, é uma nova estufa de produção com tratamentos sofisticados de pós-colheita.

Outra característica marcante é que não há um sistema nacional de rastreabilidade dos produtos agrícolas. A exigência é de certificação total do processo produtivo do determinado produto em negociação, que é fielmente cumprido pelo seu vendedor. A qualidade é garantida pela certificação.

Como disse anteriormente, são duas agriculturas distintas, mas o conceito pode ser adotado, e alguns exemplos e ações podem e devem ser copiados. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo